

A obesidade é considerada uma pandemia mundial, assim como a Covid-19. Está relacionada a diversos outros problemas de saúde associados ao desenvolvimento de muitas outras doenças, como hipertensão, diabetes, problemas cardiovasculares, depressão e ansiedade. Diante desse cenário, o IESS realizou, na quarta-feira (22), o seminário “Obesidade no Brasil: Impactos sociais e econômicos e como vencer essa pandemia”. Durante o evento híbrido, com a presença de especialistas, foi realizada a apresentação de dois estudos inéditos sobre o tema com foco na saúde suplementar.

A obesidade é considerada uma pandemia mundial, assim como a Covid-19. Está relacionada a diversos outros problemas de saúde associados ao desenvolvimento de muitas outras doenças, como hipertensão, diabetes, problemas cardiovasculares, depressão e ansiedade. Diante desse cenário, o IESS realizou, na quarta-feira (22), o seminário “Obesidade no Brasil: Impactos sociais e econômicos e como vencer essa pandemia”. Durante o evento híbrido, com a presença de especialistas, foi realizada a apresentação de dois estudos inéditos sobre o tema com foco na saúde suplementar.

Dada a gravidade dessa tendência, o IESS encomendou estudos específicos sobre o tema para mostrar diferentes visões sobre o impacto da obesidade e seus desdobramentos nas despesas de saúde e algumas formas de evitar um cenário catastrófico. Um deles, intitulado [“Cenários para o futuro: como o aumento da prevalência da obesidade entre beneficiários pode impactar a sustentabilidade da saúde suplementar”](#) projeta um cenário base para 2030, tanto do crescimento do PIB per capita quanto das despesas com saúde dos beneficiários de planos de saúde.

O estudo aponta que, na ausência de políticas públicas ou privadas efetivas, a taxa de obesidade no País continue a crescer 5% ao ano (mesma taxa entre 2003 e 2019) e que a prevalência pode atingir a marca de 46% em 2030. Também foi considerado o cenário com intervenções bem-sucedidas, visando a prevalência da obesidade à metade em 2030, para 13,4% em vez de 46%. Nessa situação, a taxa da obesidade se reduziria a 3,7% ao ano nesse período.

Um segundo estudo encomendado, realizado pela Orizon, intitulado [“Custos diretos atribuíveis à obesidade no Sistema de Saúde Suplementar do Brasil”](#) mostra que o custo por beneficiário representa R\$ R\$ 33 mil por ano e que 22% dos sinistros, entre 2015 e 2021, (R\$ 4,8 bilhões) estão relacionados a consequências diretas com a doença.

A base do estudo contempla dados de faturamento de nove milhões de beneficiários (cerca de 19% do total de vínculos da saúde suplementar). Das 80 mil pessoas estudadas com obesidade grave ou mórbida, observou-se que o diabetes tipo 2 é a doença que mais custa para o sistema entre as comorbidades que podem ser prevenidas com a obesidade.

Para assistir ao seminário na íntegra, acesse o canal no Youtube do IESS [aqui](#).

Para acessar esses e outros estudos, clique [aqui](#).

Fonte: [IESS](#), em 22.06.2022.
